

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

**Requerimento Nº /2009**  
(do Sr. Domingos Dutra)

*Requer a realização de Audiência Pública para discussão do atual processo criminal referente ao assassinato dos fiscais do trabalho em Unaí/MG.*

**Senhor Presidente:**

Nos termos do Art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada **Audiência Pública para discussão do atual estado do processo criminal referente ao assassinato dos fiscais do trabalho em Unaí/MG**, sendo convidados: a Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosa Jorge; o Presidente da CONTAG, Manoel Santos; o procurador do Trabalho Luis Antônio Camargo, os advogados Francisco Hélder Pinheiro e José Alberto de Castro; Promotor de Justiça Edson de Sousa.

### **JUSTIFICAÇÃO**

No dia 28 de janeiro de 2004, uma operação de fiscalização em fazendas de feijão na região noroeste de Minas Gerais culminou no assassinato dos auditores Nelson José da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e o motorista Aílton Pereira de Oliveira.

Eles foram vítimas de uma emboscada durante fiscalização de rotina contra o trabalho escravo. Eles foram averiguar denúncias de exploração de mão-de-obra em fazendas de plantação de feijão em Unaí. O crime, segundo a polícia, ocorreu em um trevo conhecido como Sete Placas, numa rodovia vicinal da MG-188, que dá acesso aos

municípios de Unaí, Paracatu e Bonfinópolis de Minas.

A caminhonete Ford Ranger, oficial da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) de Paracatu, foi abordada no trevo, por volta das 8h, por dois veículos: uma Ranger, preta, e uma picape Fiat Strada cinza, no relato do motorista do grupo, Aílton Pereira de Oliveira. Uma força-tarefa designada para investigar o crime apontou os irmãos Norberto e Antério Mânica, grande produtores de grãos da região, como mentores da chacina.

No entanto, os irmãos e outros dois acusados de participarem do assassinato obtiveram habeas corpus e respondem ao processo em liberdade. Cinco homens, entre eles dois pistoleiros, permanecem presos. Nenhum dos acusados foi julgado pela Justiça.

Por conta dos fatos comentados, se faz necessário a realização de audiência pública para discussão do andamento do processo relativo aos assassinatos evitando-se que o tempo colabore com a impunidade. Dessa forma essa Comissão pode contribuir para a realização da justiça evitando-se que fatos iguais se repitam.

Sala da Comissão, de Abril de 2009.

**“Justiça se faz na luta”**

**Dep. Fed. Domingos Dutra  
(PT/MA)**